



Campina do Simão
2005-2008
GOVERNO MUNICIPAL

PUBLICADO:	
EM	1 1
<input type="checkbox"/>	ÓRGÃO OFICIAL
Número 10	
<input type="checkbox"/>	MURAL
Sec. Adm. ENV. 0812	

LEI Nº 211, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2006

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPINA DO SIMÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Emílio Altemiro Lazzaretti, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2007, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, estima Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.210.000,00 (oito milhões, duzentos e dez mil reais), assim distribuídos:

I - R\$ 7.510.000,00 (seis milhões e quinhentos e dez mil reais) para o Orçamento Fiscal do Poder Executivo.

II - R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o Orçamento Fiscal do Poder Legislativo.

III R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende o Fundo de Previdência Municipal dos Servidores Municipais.

Artigo 2º - A Receita consolidada do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS

12



Campina do Simão

2005 - 2008

GOVERNO MUNICIPAL

RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.550.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	R\$ 235.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 30.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 28.000,00
RECEITA DE SERVICOS	R\$ 3.800,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 8.813.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 318.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
OPERACOES DE CREDITO	R\$ 300.000,00
SUB-TOTAL	R\$ 8.850.000,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	R\$ 870.000,00
TOTAL	R\$ 7.980.000,00

II - RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

RECEITA ORCAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 230.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 110.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 120.000,00
TOTAL	R\$ 230.000,00
TOTAL CONSOLIDADO	R\$ 8.210.000,00

Artigo 3º - A Despesa do Orçamento Fiscal, será realizada segundo a legislação em vigor, conforme o seguinte desdobramento por Poder e Órgãos:

I - Orçamento Fiscal

I.I Poder Executivo

2



Campina do Simão

2005 - 2008
GOVERNO MUNICIPAL

PODER EXECUTIVO	R\$ 6.700.000,00
GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 277.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$ 594.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 446.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 2.207.125,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 1.425.875,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA	R\$ 463.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$ 407.000,00
SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	R\$ 1.610.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 80.000,00
TOTAL	R\$ 7.510.000,00

I.II Poder Legislativo

PODER LEGISLATIVO	R\$ 350.000,00
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 350.000,00

II - Orçamento da Seguridade Social

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	R\$ 350.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS E ARRECADADOS	R\$ 230.000,00
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS - EXECUTIVO	R\$ 120.000,00
TOTAL CONSOLIDADO	R\$ 8.210.000,00

Artigo 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

Artigo 5º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do parágrafo 2º. do art. 2º. da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964:

I – do Fundo Municipal de Saúde – FMS, que fixa sua despesa para o exercício de 2007, em R\$ 1.425.875,00 (um milhão quatrocentos e vinte cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais);

II – do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, que fixa a sua despesa para o exercício de 2007, em R\$ 463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais);



Campina do Simão

2005 - 2008

GOVERNO MUNICIPAL

III – do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério – FUNDEF, que fixa a sua despesa para o exercício de 2007, em R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais).

Artigo 6º - O Orçamento da Seguridade Social do Município relativo ao Fundo Municipal de Previdência dos Servidores criado pela Lei Municipal de 25/11/2000, de contabilidade descentralizada, é fixado para o exercício de 2007, em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), incluídas as transferências decorrentes de Interferências Financeiras.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, aqueles definidos no parágrafo 1º. do art. 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Artigo 8º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Artigo 9º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento do Legislativo Municipal até o mesmo limite fixado no artigo 8º para o Executivo Municipal, através de Resolução, servindo como recursos para tais suplementações, o cancelamento de dotações do orçamento do Legislativo.

Artigo 10 - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 8º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.



Campina do Simão

2005 - 2008

GOVERNO MUNICIPAL

Artigo 11 - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Artigo 12 - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal previstas no caput do art. 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo quando considerada necessária a movimentação e a mesma favorecer a execução das ações previstas no orçamento, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

Artigo 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, 07 de dezembro de 2006


Emílio Altemiro Lazzaretti
Prefeito Municipal